



Arthur Virgílio (foto à esq., em pé, ao lado de Azeredo, Papaléo e Suplicy) anuncia a obstrução. Jucá (foto à dir., com Mercadante, Sibá e Ideli) tenta hoje desobstruir a pauta para dar início à tramitação da CPMF

CPMF à espera da liberação da pauta

Base do governo tenta desbloquear ordem do dia, mas obstrução oposicionista é vitoriosa: uma medida provisória e um projeto de lei de conversão continuam impedindo início do exame da proposta que prorroga a contribuição

Uma medida provisória baixada pelo presidente Lula para desbloquear a pauta da Câmara dos Deputados, durante a tramitação da proposta da CPMF naquela Casa, tranca a ordem do dia do Senado. Para iniciar o exame da emenda cons-

titucional que prorroga a cobrança da contribuição, os senadores terão de votar a MP 392/07, que revoga a MP 382/07, e mais um projeto de lei de conversão. Em obstrução, os partidos oposicionistas não deram ontem quórum para a MP, o primeiro item da pauta.

Antes da votação, Alvaro Dias afirmou que uma suposta cooptação de parlamentares do PSDB pelo governo para que votem a favor da prorrogação da CPMF, conforme foi divulgado na imprensa, não passa de especulação. **Páginas 3 e 4**

Caso da jovem presa com homens será debatido hoje

Quatro comissões permanentes do Senado realizam audiências hoje. O caso da jovem detida com 20 homens em uma cela no Pará será discutido com ministros na CDH; a CAE debate a legislação sobre cooperativas; a CE analisa a violência nas escolas; e a CAS trata de políticas para portadores de doenças do sistema osteomuscular.

Página 7

Governistas devem articular a desobstrução, afirma Tião Viana

“O limite é agora”, afirmou o presidente interino do Senado, Tião Viana, ao advertir que cabe à bancada governista exercer sua capacidade de articulação para desobstruir a pauta e asse-

gurar o início da discussão da CPMF no Plenário. De acordo com Viana, a base do governo não pode permitir protelação, sob pena de um “prejuízo legislativo evidente”. **Página 3**



Comissão examina mudança no imposto sindical

A Comissão de Assuntos Econômicos pode votar hoje projeto que legaliza as centrais sindicais e muda regras para desconto do imposto sindical. **Página 5**

Projeto estende a antigo o benefício de novo usuário

Pauta de hoje da Comissão de Meio Ambiente inclui projeto que beneficia antigos usuários com as condições oferecidas em novos contratos. **Página 8**

Audiência pública reunirá especialistas para avaliar um tema que afeta milhares de consumidores brasileiros

CCT discutirá proibição de cobrança por ponto extra de TV

Nesta quinta-feira, às 9h, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realizará audiência pública para debater projeto de lei que veda a cobrança por pontos extras de TV a cabo (PLS 346/95), de autoria de Pedro Simon (PMDB-RS).

O senador Pedro Simon explica que o Ministério Público de Minas Gerais considerou a cobrança pelo ponto extra “abusiva e ilegal”. Ele pretende, com a proposta, harmonizar o entendimento do Ministério Público em todo o país.

Foram convidados para a audiência a conselheira consultiva da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Pro Teste), Flávia Lefèvre Guimarães; o promotor de Justiça de Defesa



Pedro Simon quer harmonizar posição do Ministério Público no país

do Consumidor e Coordenador de Serviços do Procon de Minas Gerais, José Antonio Baeta Cançado; o superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ara Apkar Minassian, e o presidente-executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg.

Viana cumprimenta Rádio Senado por reportagem finalista de prêmio

O presidente interino do Senado, Tião Viana, manifestou, em nome da Mesa, o “justo reconhecimento público” pela qualidade do trabalho desenvolvido pela Rádio Senado, que teve um de seus trabalhos entre os finalistas do 9º Prêmio Imprensa Embratel.

A reportagem *Tapa de amor*

dói – e muito, produzida pelos jornalistas Larissa Bortoni e Maurício de Santi, por ocasião do Dia Internacional da Mulher e veiculada nos dias 8 e 9 de março de 2007, traz depoimentos de mulheres vítimas de violência doméstica em Pernambuco, estado que registra o maior número desse tipo de agressão no país.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Prodasen será homenageado em sessão especial

Às 11h, os senadores reúnem-se em sessão especial para comemorar os 35 anos de criação da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen). Em

seguida, às 14h, deliberam sobre pauta que inclui 21 itens, entre eles a PEC que prorroga a Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011.



Agressão a jovem paraense será avaliada na CDH

Às 9h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate em audiência pública a denúncia da jovem paraense que passou cerca de 30

dias presa na mesma cela com 20 detentos homens, na cidade de Abaetetuba (PA). Os ministros Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial

dos Direitos Humanos, e Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, estão entre os convidados para a reunião.

CAE debate sociedades cooperativas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se, às 9h30, em audiência pública para instruir projetos que dispõem sobre as sociedades cooperativas do país. Entre os convidados estão o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio de Freitas; e o assessor da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, Luiz Bernardi. Após o debate, os senadores analisam, de uma pauta de 11 proposições, o projeto que trata das centrais sindicais.

Dia do presidente

Às 9h30, Tião Viana recebe Luiz Abílio Oliveira, presidente da Sociedade Médico-Cirúrgica do Pará; às 11h e às 12h, participa de homenagens ao Prodasen; e às 14h30, o presidente interino estará no ato de inauguração do Comitê de Imprensa e da redação da Agência Senado, situados ao lado do Plenário, no Salão Azul.



Saúde músculo-esquelética

A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), debate, às 10h, as políticas públicas brasileiras relacionadas com a saúde músculo-esquelética. Entre os convidados para essa reunião estão o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello; e o presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, Marcos Esner Musafir.

Violência nas escolas é tema de audiência na Comissão de Educação

A partir das 10h, a Comissão de Educação (CE) reúne-se em audiência pública para debater a violência nas escolas. Participam da reunião a

diretora de pesquisa do Instituto de Estudos Avançados para as Américas, da OEA, Miriam Abramovay; a psicóloga clínica e organizacional

Sandra Maria Coli Férrer; e a professora e pesquisadora da Universidade Estadual de Roraima Adriana Costa de Miranda.

CPI das ONGs

A CPI das ONGs – comissão parlamentar de inquérito criada para apurar o uso de recursos públicos por organizações não-governamentais (ONGs) e organizações de sociedade civil de interesse público (Oscips) – reúne-se, às 14h, para analisar requerimentos de novas audiências públicas.

Projetos beneficiam consumidores

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) reúne-se para analisar 15 proposições, às 11h30. Entre os projetos de lei encontra-se o que altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), permitindo que consumidores antigos possam se beneficiar das mesmas condições oferecidas em contratos novos. Outra proposta impõe ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento já previsto na lei.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana e Alvaro Dias

Presidente interino do Senado observa que governo não pode permitir protelação. Alvaro Dias desmente especulações sobre uma suposta cooptação do PSDB

Mão Santa: dinheiro da CPMF seria mais útil na mão do contribuinte

Mão Santa (PMDB-PI) voltou a criticar a cobrança da CPMF. Para o senador, o dinheiro, que é destinado ao imposto, seria mais bem aproveitado se permanecesse com o contribuinte.

Ele criticou ainda a alta carga tributária do Brasil, que força o contribuinte, conforme salientou, a trabalhar “metade de um ano só para o governo e os bancos”.

– E nós não recebemos de volta o essencial em segurança. Como estão neste país a segurança pública, a educação e a saúde?

Mão Santa também comentou o caso da jovem que ficou presa numa cela com 20 homens, em Abaetetuba (PA). O senador deu “cartão vermelho” para o presidente Lula, para o presidente interino do Senado, Tião Viana, e para a governadora Ana Júlia Carepa.



Célio Azevedo

Mão Santa diz que população não recebe de volta o essencial em educação e saúde

“O PT não sabe governar, nem o Brasil e nem o Pará”, frisou.

Em aparte, Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou a governadora, que, segundo ele, já tinha conhecimento de situações similares no estado, mas não tomou as medidas cabíveis.

Governo não conseguirá cooptar tucanos, sustenta Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou da tribuna que não passa de especulação uma suposta cooptação de parlamentares do PSDB pelo presidente Lula para que votem a favor da prorrogação da CPMF, conforme foi divulgado na imprensa. Ele disse que o partido está tranquilo quanto à decisão firmada pelos integrantes da bancada de rejeitar a prorrogação do imposto provisório e tentará derrubá-la em Plenário.

– Os senadores do PSDB não são cooptáveis e, por essa razão, o governo não logrará êxito nessa empreitada – enfatizou, lembrando que o PSDB abriu negociações anteriormente com o Executivo para incluir na proposta uma reforma tributária, mas o governo não atendeu ao partido.

Alvaro Dias fez essa afirmação em resposta a Gerson Camata (PMDB-ES), que defendeu a reabertura de um entendimento com o PSDB para a prorrogação



Gerardo Magela

Alvaro Dias lembra decisão da bancada do PSDB de rejeitar imposto do cheque

da CPMF.

O parlamentar ressaltou que, apesar de ter sido criada pelo governo do PSDB, a CPMF é mais um imposto a aumentar a já pesada carga tributária brasileira. “O que queremos urgentemente é uma reforma tributária definitiva e não a prorrogação de um tributo criado para ser provisório. Mas o governo acaba de adiar o envio da matéria ao Congresso”, disse.

Viana diz que cabe ao governo articular desobstrução da pauta

O presidente interino do Senado, Tião Viana, afirmou ontem que cabe à bancada governista exercer sua capacidade de articulação para garantir a desobstrução da pauta e a discussão em Plenário da proposta de emenda à Constituição que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011.

– O limite é agora. O prazo está determinado. Se não houver contagem de prazo formal, podemos ter, sim, um problema para votar a matéria no exercício legislativo atual. Até agora, toda a mobilidade foi dada, todas as manobras ocorreram, mas o governo não pode permitir que haja protelação, sob pena de termos um prejuízo legislativo evidente – disse ele.

Mais uma vez, foi adiado o início da discussão da proposta da CPMF (PEC 89/07) já que, a exemplo do que ocorreu quarta-feira, faltou quórum ontem para votação de duas medidas provisórias que trancam a pauta.

Na entrevista, Tião Viana anunciou que iria cortar o ponto dos senadores que não comparecessem à sessão deliberativa, sem justificativa formal, conforme determinam as normas regimentais. Ele negou que a atitude de marcar sessão deliberativa numa segunda-feira tenha sido tentativa de “forçar o trabalho para agilizar a votação da CPMF”, segundo questionou uma jornalista. Além de esclarecer que elas já ocorreram às segundas-feiras, no Senado, “dezenas de vezes”, o presidente interino explicou que a convocação se baseou em acordo de lideranças.

Quanto à votação do projeto de decreto legislativo que determina a perda de mandato do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), acusado da utilização de terceiros na aqui-



Leopoldo Silva

Tião Viana adverte que problemas poderão dificultar votação da CPMF este ano

sição de veículos de comunicação em Alagoas, Tião Viana disse que aguardará a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para só depois marcar o julgamento em Plenário.

– A previsão é que fique para a próxima semana – adiantou.

Amanhã, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), relator do processo na CCJ, apresentará seu parecer sobre os aspectos jurídicos, legais e constitucionais do projeto.

De acordo com Viana, o processo contra Renan e a votação da CPMF são dois processos distintos que não devem ser misturados.

Questões pequenas

O presidente interino do Senado voltou a criticar a discussão de questões miúdas em prejuízo do grande debate que, em sua opinião, deveria ser a prioridade

do Parlamento. Ao ser indagado, sobre a hipótese de o presidente Lula disputar um terceiro mandato, ele observou que as grandes questões que poderiam estar sendo discutidas no Legislativo são substituídas por pequenas crises.

– Acho que só quem pode chamar a debate o terceiro mandato, e que não vai chamar em hipótese alguma, é o presidente Lula, que tem uma visão de Estado à altura do seu tempo, à altura dos desafios atuais e à altura de sua figura de democrata pleno. Agora, do jeito que estamos vendo, acho que quem está fazendo isso é a oposição, setores da oposição, que não entendem que, cada vez que tratam dessas questões, negligenciam uma pauta mais elevada. As grandes reformas que o Brasil deveria estar discutindo no Parlamento estão sendo substituídas por pequenas crises.



Gerardo Magela

Romero Jucá diz que proposta não será enviada este mês ao Congresso Nacional

Proposta de reforma tributária ainda não está pronta, afirma Jucá

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou ontem que a proposta de reforma tributária não será enviada ao Congresso Nacional até o dia 30 deste mês. De acordo com o parlamentar, não adianta encaminhar uma proposta de

reforma que não está concluída pelo Executivo.

Jucá defendeu uma mudança tributária radical e ousada. Porém, segundo ele, se a área da Fazenda ainda não fechou esse modelo “mais ousado” com os governadores e prefeitos, é

melhor discutir mais um pouco e não enviar uma proposta pela metade. O senador lembrou que proposta de reforma aprovada há quatro anos pelo Senado está parada na Câmara. Em sua opinião, isso ocorreu por falta de acordo com os governadores.

– Acho que a proposta tem que ser contundente. Tem que ser uma proposta que sinalize para a sociedade que o governo quer avançar na questão, simplificando e melhorando os tributos. Se não está pronta ainda, o governo não deve enviá-la.

A exemplo do que ocorreu na quarta-feira, votação de medida provisória é adiada, o que atrasa a tramitação da proposta que prorroga a CPMF

PSDB mantém a obstrução e ordem do dia continua trancada

Por falta de quórum na sessão de ontem, o Plenário adiou novamente a votação da Medida Provisória 392/07, que revoga a MP 382/07, a qual concedia incentivos fiscais na compra de máquinas e equipamentos aos setores têxtil, moveleiro, calçadista e de artefatos de couro e confecções. Com isso, a matéria continua a trancar a pauta de votações, que também se encontra obstruída pelo Projeto de Lei de Conversão 37/07, que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária.

O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), chegou a anunciar a aprovação da matéria após votação nominal, mas recuou ao reconhecer que computou indevidamente os votos dos senadores Mário Couto (PSDB-PA) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que no momento estavam em obstrução e, por isso, não deveriam ser contados.

Discussão

Houve uma discussão, pois, inicialmente, Tião Viana entendeu que o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), tinha anunciado que o partido estava



Líderes do governo, Romero Jucá (E), do DEM, José Agripino, e do PSDB, Arthur Virgílio

em abstenção, caso em que devem ser computados os votos dos presentes em Plenário.

Os votos de Mário Couto e Eduardo Azeredo foram somados aos 39 registrados no painel do Senado, garantindo o quórum para aprovação da matéria. Arthur Virgílio protestou e, depois de consulta às notas taquigráficas e ao áudio da sessão, verificou-se que o senador tucano havia anunciado que o partido estava em obstrução.

Antes de encerrar o expediente, Tião Viana reconsiderou o resultado da votação e disse que o exame da MP 392/07 estava

adiado, uma vez que não havia sido alcançado o quórum para a votação. Em seguida, a atitude do presidente interino do Senado foi elogiada por diversos senadores.

Essa foi a segunda vez que a MP 392/07 teve sua votação adiada. A primeira ocorreu na quarta-feira passada, quando o PSDB pediu verificação de quórum.

Como a pauta do Senado continua obstruída, ainda não foi possível iniciar a discussão sobre a proposta de emenda à Constituição que prorroga a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Suplicy diz que votou contra aplauso ao rei da Espanha

Ao final da sessão plenária de ontem, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comentou nota divulgada na coluna Painel, do jornal *Folha de S. Paulo*, relativa à aprovação, na quinta-feira passada, de requerimento de voto de aplauso ao rei Juan Carlos, da Espanha, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), sem o registro do seu voto contrário.

Suplicy explicou que registrou seu voto contrário posteriormente por entender que o momento do elogio ao rei espanhol – que, em reunião no Chile, exigiu ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que se calasse – não era propício, uma vez que a comissão estava debatendo a ida do embaixador do Brasil na Venezuela para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

O requerimento foi encaminhado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), justificando que o rei Juan Carlos, ao trocar palavras duras com o presidente venezuelano, na reunião dos países ibero-americanos realizada no Chile recentemente, teve a intenção de defender o povo da Espanha.

O presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), disse que não houve indução da comissão no sentido de que a matéria fosse aprovada.

Sibá Machado registra eleições para direção do PT



Sibá Machado

em 1980, com a participação de pessoas oriundas de diversas organizações e movimentos sociais.

O senador disse acreditar que o PT é o único partido brasileiro, hoje, que realiza eleição direta para suas direções e manifestou a sua convicção de que a legenda sairá dessa eleição fortalecida internamente e pronta a conquistar novas prefeituras nas próximas eleições.

– Em 1985, começamos com 12 municípios e hoje estamos administrando mais de 400 municípios e cinco estados – frisou o senador, que convocou todos os filiados ao PT, segundo ele, perto de 1 milhão de pessoas, para que compareçam às eleições partidárias.

Sibá Machado (PT-AC) registrou a realização de eleições para a direção do Partido dos Trabalhadores nos planos nacional, estadual e municipal, em 2 de dezembro. Ele destacou a unidade do partido e disse que o PT é uma agremiação que admite a diversidade de pensamento desde a sua fundação,

CCJ analisa projeto que prevê a cassação de Renan Calheiros

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se às 10h de amanhã para analisar os aspectos constitucionais, legais e jurídicos do projeto de resolução que propõe a perda do mandato do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). A data foi definida em entendimento com o relator da matéria naquela comissão, senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

O projeto, originário do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, tem de ser aprovado na CCJ antes de seguir para o Plenário, que deve se reunir no dia 5 de dezembro para julgar Renan.

Havia a expectativa de que o processo tivesse sido concluído na semana passada, inclusive com o julgamento em Plenário. Mas o relator na CCJ, Arthur Virgílio, pediu mais tempo para produzir seu relatório, argumentando estar ocupado com o congresso

que seu partido realizaria no fim de semana. Outro motivo para o adiamento, alegado pelos senadores opositoristas, foi a suspeita da existência de um acordo entre PT e PMDB para trocar a absolvição de Renan pela aprovação da PEC que prorroga a cobrança da CPMF. Ao atrasar o andamento do processo, a oposição pretendia prejudicar esse suposto acordo.

O projeto que decreta a perda do mandato de Renan Calheiros é oriundo do relatório de Jefferson Péres (PDT-AM), aprovado pelo Conselho de Ética no dia 14 de novembro. Em seu relatório, Jefferson afirma que o presidente licenciado do Senado quebrou o decoro parlamentar ao manter uma sociedade oculta, por meio de “laranjas”, em empresas de comunicação. Se o projeto for aprovado pela CCJ e pelo Plenário, Renan, além de perder o mandato, ficará inelegível até fevereiro de 2019.



Comissão de Justiça reúne-se amanhã para analisar projeto de resolução sobre caso Renan

Câmara e Senado poderão instituir normas para a perda de mandato

Entre outras matérias na pauta da reunião de amanhã, às 10h, da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) estão três emendas oferecidas pelo Plenário às propostas de Emenda à Constituição 38/04, 50/06 e 86/07, que especificam e tornam mais claro o rito processual para a perda de mandato de parlamentares. As duas primeiras emendas estabelecem que, em até 90 dias contados da promulgação dessa mudança na Carta, as duas Casas do Congresso deverão elaborar norma específica disciplinando as fases, os procedimentos e os prazos para a questão da perda de mandato de parlamentares, inclusive as espécies de recursos adequados a esse processo.

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) foi o primeiro signatário das emendas, que contaram com o apoio de vários senadores no Plenário. Na justificativa para apresentação das duas emendas,

os senadores alegam que, para garantir ampla defesa aos parlamentares acusados de quebra de decoro, é preciso que o rito processual da perda de mandato seja especificado e claramente definido pela Câmara e pelo Senado. Sem esses procedimentos, argumentam os parlamentares, os trabalhos de investigação, produção de provas, audiências e outras fases “ficariam ao sabor das conveniências e pautados pela incerteza, podendo levar, inclusive, à anulação judicial dos procedimentos e do processo como um todo”.

Terceira emenda

Outra emenda a ser votada pela CCJ, oferecida à PEC 86/07, também trata do mesmo assunto, com a diferença que fixa prazo de 60 dias, a contar da data da promulgação da matéria, para as duas Casas elaborarem resolução específica com procedimentos para a perda de mandato.



Geraldo Magela

Augusto: "É um debate sobre a capacidade de planejar o desenvolvimento das cidades"

Augusto ressalta 3ª Conferência Nacional das Cidades

O senador Augusto Botelho (PT-RR) saudou ontem o início da 3ª Conferência Nacional das Cidades, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. A abertura do evento, organizada pelo Conselho das Cidades, teve a presença do presidente Lula e do ministro das Cidades, Márcio Fortes.

Augusto informou que o lema da conferência é "Desenvolvimento Urbano com Participação Popular e Justiça Social" e o tema é "Avançando na Gestão Democrática das Cidades". A 3ª Conferência Nacional das Cidades continua até a quinta-feira e conta com mais de 3 mil participantes.

A primeira e a segunda edição, lembrou o senador, foram realizadas em 2003 e 2005, dando início às discussões para construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano, que também será discutido nesta terceira conferência.

– É um debate sobre a capacidade de planejar o desenvolvimento das cidades e suas intervenções de forma integrada e com participação social – analisou.

O Conselho das Cidades, órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva e integrante do Ministério das Cidades, tem por objetivo auxiliar na formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Energia elétrica

Augusto Botelho comentou ainda estudos da Empresa de Pesquisa Energética, do Ministério de Minas e Energia, que subsidiaram a elaboração do Plano Decenal de Expansão de Energia 2007/2016. Ele afirmou que, de acordo com o plano decenal, o estado de Roraima é o único "sem programação para ser integrado ao Sistema Interligado Nacional (SIN)". O senador explicou que o abastecimento de energia elétrica de Roraima vem da Venezuela, que disponibiliza 200 megawatts de potência para o estado.

Projeto de lei do Executivo que legaliza centrais sindicais é um dos itens na pauta da comissão, que deve examinar também autorizações para empréstimos externos

Mudança no imposto sindical pode ser votada hoje pela CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje, após a realização da audiência pública destinada a debater o cooperativismo, projeto de lei do Executivo que legaliza as centrais sindicais e acaba com a obrigação de o imposto sindical pago pelo trabalhador – equivalente a um dia de trabalho – ser descontado diretamente na folha de pagamento.

O projeto de autoria do Executivo (PLC 88/07), já acolhido pela Câmara dos Deputados, tramita em regime de urgência na CAE e nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), que também devem votar a matéria ao

longo desta semana. Se aprovada, a proposta vai para votação em Plenário.

Empréstimos

Na mesma reunião, a CAE, presidida pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), vai analisar ainda duas mensagens presidenciais (as de números 189 e 203, ambas de 2007). A primeira autoriza o governo a realizar operação de crédito no valor de US\$ 5 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), para o Programa de Assistência Técnica para a Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (Parsep II).

A segunda mensagem autoriza a prefeitura de Joinville (SC),

com a devida garantia do governo federal, a tomar emprestado, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), US\$ 32,6 milhões, que serão usados no financiamento do projeto de revitalização ambiental dos rios Cachoeira, Cubatão e Pirai.

Constam da pauta ainda a votação da mensagem presidencial (161/07) que trata da programação monetária para o quarto trimestre de 2007 e o projeto (PLS 213/07) do senador Adelmir Santana (DEM-DF) que torna obrigatória a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista.



Célio Azevedo

Senadores do colegiado analisam projeto do Executivo que tramita em regime de urgência em três comissões

Theóphilo Ottoni será homenageado em sessão

O bicentenário do nascimento de Theóphilo Benedicto Ottoni será lembrado em sessão do Plenário do Senado, na quinta-feira, às 14h. Theóphilo Ottoni foi deputado provincial por Minas Gerais, deputado geral e senador do Império do Brasil de 1864 a 1869. Além de fundador do município de Teófilo Otoni, em Minas.

O político liderou a Revolução de 1842 em Minas Gerais e, derrotado em Santa Luzia, foi preso em Ouro Preto. Anistiado pelo imperador, em 1844, se reeleveu

deputado. Em 1847, lidera uma expedição saindo de Santa Clara em direção ao rio de Todos os Santos – que tinha a fama de possuir ouro e diamantes em abundância –, a fim de colonizar toda a região do Mucuri. Certo dia, em um ponto a cerca de 200 quilômetros de Santa Clara, Theóphilo inaugurou a região de Filadélfia, em 1853, como centro das colônias do Mucuri. Em decorrência dessa expedição, foi aberta a primeira estrada de rodagem do Brasil Santa Clara/

Filadélfia. Mais tarde, Filadélfia passaria a se chamar Teófilo Otoni, em homenagem a seu fundador.

Em 1851, o político fundou a Companhia Mucuri, no Rio de Janeiro, com o objetivo de explorar a região e organizar o transporte fluvial e terrestre. Em 1860, assumiu a chefia do Partido Liberal, elegendendo-se senador em 1864. Theóphilo Ottoni morreu no Rio de Janeiro, em 1869, vítima de intoxicação miasmática.



Geraldo Magela

Osmar Dias pedirá recursos do Orçamento da União e mudança na natureza jurídica

Osmar alerta para crise do Hospital das Clínicas de Curitiba

O Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, reduziu de 40 para 35 o número de cirurgias de emergência que fazia a cada mês. A difícil situação que atinge o hospital motivou o senador Osmar Dias (PDT-PR) a agendar audiências com os ministros da Educação e da Saúde. Ele cobrará do governo a alocação, no Orçamento da União, dos recursos necessários para o funcionamento da instituição. Sugerirá ainda a mudança na natureza jurídica do hospital, que hoje é um departamento de uma diretoria da UFPR.

– Também vou pleitear que o governo oficialize de uma vez por todas concurso público para a reposição dos profissionais de saúde e funcionários necessários para o funcionamento normal do hospital. A falta dessa autorização obrigou a instituição a contratar 1.200 funcionários por meio de uma fundação. Eles não foram concursados. O concurso serve para escolher os mais preparados para exercer cada função ou atividade. Dentro de um hospital isso é fundamental – afirmou Osmar.

Demissão

O senador disse que o problema poderá se agravar se o Ministério Público resolver pedir a demissão desses funcionários contratados sem concurso. Se a instituição conseguir a mudança em sua natureza jurídica e conquistar autonomia, não mais dependerá de autorização do Ministério da Educação, como é necessária hoje, para realizar concursos para repor o seu quadro de pessoal.

A audiência com o ministro da Educação, Fernando Haddad, está marcada para hoje. Osmar Dias será recebido pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão, amanhã. Nas duas reuniões, o senador estará acompanhado do diretor-geral do Hospital das Clínicas da UFPR, Giovanni Loddo, e da presidente da Associação dos Amigos do Hospital das Clínicas, Maria Elisa Ferraz Paciornik.



Geraldo Magela

Papaléo defende oportunidade a todos “de lutar por um futuro melhor”

Papaléo: educação e economia são prioridade do Amapá

Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que dedica seu mandato para, entre outros temas, ajudar a desenvolver a educação e a economia do Amapá, duas prioridades do estado, de acordo com ele.

– Para um estado jovem, como o Amapá, situado no extremo norte do Brasil e ainda carente de quase tudo, é de suma importância reforçar, em especial por meio da educação de cunho técnico e tecnológico, as oportunidades dadas a todos de lutar por um futuro melhor – afirmou Papaléo.

O senador citou projetos de sua autoria, como o que autoriza a criação da Escola Técnica Federal do Amapá (PLS 484/03), instituição de ensino profissionalizante com enfoque nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável; e o que autoriza a criação da Escola Técnica Federal de Construção Naval no município de Santana (PLS 341/07), com o objetivo de valorizar a tradição amapaense de construção artesanal de barcos de madeira.

Universidade

Papaléo lembrou ainda seu projeto (PLS 23/06) que autoriza a criação de *campi* avançados da Universidade Federal do Amapá na cidade de Santana, e nos municípios de Oiapoque, Laranjal do Jarí, e Amapá. O senador também citou o PLS 111/05, que autoriza o Poder Executivo a criar uma região integrada de desenvolvimento nas cidades de Macapá e Santana, com o objetivo de fomentar atividades nas áreas de recursos hídricos, meio ambiente e turismo, entre outras.

– Esse conjunto de proposições, com foco em educação e na abertura de oportunidades de consolidação de novos empreendimentos, casa-se de forma absolutamente adequada com as necessidades de um estado como o Amapá – afirmou Papaléo.

Em apartes, Augusto Botelho (PT-RR) e Mão Santa (PMDB-PI) elogiaram o pronunciamento.

Comissão de Assuntos Sociais analisa amanhã, entre outras matérias, projeto que permite ao trabalhador escolher banco e agência onde será depositada sua remuneração

Empregado poderá ter direito de definir onde receber salário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discutirá, em reunião marcada para amanhã, substitutivo a projetos de lei que conferem ao empregado o direito de escolher o banco e a agência em que prefere receber sua remuneração. As propostas (PLS 340/04 e PLS 176/04), respectivamente de autoria dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Romeu Tuma (PTB-SP), tramitam em conjunto e receberão decisão terminativa da comissão.

De acordo com o substitutivo do senador Inácio Arruda (PC do B-CE), os empregados, servidores públicos, aposentados e pensionistas poderão escolher a instituição bancária, bem como a respectiva agência, pela qual receberão suas remunerações. Atualmente, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei 5.452/43) estabelece que a remuneração dos trabalhadores seja depositada na instituição financeira de preferência do empregador.

Na hipótese de o empregador efetuar o pagamento da remuneração de seus empregados por meio de cheque, o substitutivo determina ainda que a conta bancária da qual será descontado deve ser de agência próxima ao local de trabalho.

Na mesma reunião, a CAS também analisará o substitutivo da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ao PLS 262/03, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que proíbe a utilização de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano à honra e a dignidade do trabalhador. A pro-



Leopoldo Silva

Romeu Tuma é autor de projeto que deve receber decisão terminativa

posta também receberá decisão terminativa da comissão.

Centrais sindicais

Na pauta da CAS, composta de 13 itens, consta ainda o projeto de lei que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais (PLC 88/07). Na última reunião da comissão, o relator da matéria, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), pediu adiamento da votação da proposta para discutir o assunto com outros senadores.

O ponto polêmico do projeto refere-se ao fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, e as centrais sindicais pedem a rejeição da proposta. A matéria tramita em regime de urgência, simultaneamente, na CAS e nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A CAS examinará ainda, entre outros, o PLS 300/07, do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que dispõe sobre a extensão da licença-maternidade; o PLS 194/07, do senador César Borges (DEM-BA), que trata da proibi-



Geraldo Magela

Proposta de Aloizio Mercadante (foto) recebeu substitutivo de Inácio Arruda

ção de descontos nos salários do empregado; o PLS 98/07, de autoria do senador Marcelo Creivella (PRB-RJ), que veda o emprego de práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais; e o PLS 164/03, do senador Flávio Arns (PR-PR), que propõe a inclusão de assistência psicológica no âmbito dos planos e seguros privados de assistência à saúde.

Violência e criança

O requerimento da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) para realização de audiência pública sobre a importância da prevenção da violência por meio de ações na primeira infância também deve ser votado amanhã.

A senadora sugeriu que a reunião se realize conjuntamente com a Comissão de Educação (CE) e que o diretor de pesquisas no Instituto de Pesquisas Médicas, neurologista e pesquisador do Laboratório de Psicologia, Psicopatologia do Desenvolvimento da Universidade de Bordeaux (França), Hubert Montagner, seja convidado para debater o assunto.

Senado comemora hoje 35 anos de criação do Prodasen

O Senado realiza hoje, às 11h, sessão plenária especial para celebrar os 35 anos de criação da Secretaria Especial de Informática (Prodasen). Após o evento, será inaugurada exposição comemorativa com 80 painéis contando a história do Prodasen e apresentando os principais serviços desenvolvidos pela instituição no Senado.

A mostra, denominada “Passado, presente e futuro”, ficará exposta ao público até 9 de dezembro no Salão Branco, próxi-

mo à Chapelaria. Criado em 1972 pela Mesa Diretora do Senado, o Prodasen administra atualmente uma rede de 6.600 pontos e é também responsável pela rede sem fio que atende ao Plenário, às comissões técnicas, aos gabinetes dos senadores e à Gráfica do Senado. Essa rede cobrirá todo o Senado no próximo ano.

O Prodasen tem ainda 120 máquinas servidoras que abrigam 253 aplicações instaladas, 68 *terabytes* de armazenamento em disco e 320 *terabytes* em

fitas, além de 120 pontos de sua rede nas residências oficiais dos senadores. O requerimento para a realização da sessão é do senador José Sarney (PMDB-AP).

A missão do Prodasen, segundo informações da instituição, é “prover e gerir soluções de tecnologia da informação e de comunicações para o Senado, bem como aperfeiçoar processos de trabalho, contribuindo com excelência e ética para o cumprimento de sua função constitucional em benefício da sociedade brasileira”.

Alvaro saúda sagração de dom Odilo Scherer

Enquanto presidia os trabalhos em Plenário, no começo da sessão de ontem, Alvaro Dias (PSDB-PR) saudou a sagração, como cardeal, do arcebispo de São Paulo, dom Odilo Pedro Scherer. A cerimônia em que, além de dom Odilo, foram sagrados outros 22 novos cardeais, ocorreu no Vaticano, no último sábado.

Alvaro Dias lembrou que o atual arcebispo metropolitano de São Paulo, agora cardeal, tem uma biografia ligada ao estado do Paraná: foi reitor e professor no Seminário Diocesano São José, em Cascavel; reitor e professor no Seminário Diocesano Maria Mãe da Igreja, em Toledo; professor de Filosofia na Faculdade de Ciências Humanas Arnaldo Busatto, em Toledo; professor na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em Toledo; professor de Teologia no Instituto Teológico Paulo VI, de Londrina, Paraná; vigário paroquial e pároco da Paróquia Catedral Cristo Rei, de Toledo.

Os cardeais são os auxiliares diretos do pontífice romano e também cabe a eles a eleição dos papas.

Tuma destaca a nomeação do novo cardeal

Romeu Tuma (PTB-SP) comemorou a nomeação, pelo papa Bento XVI, de dom Odilo Scherer para o Sacro Colégio Pontifício. O cardeal dom Odilo, salientou o senador, ao integrar a instituição, passa a atuar junto ao Papa como conselheiro e colaborador. Sua tarefa principal será auxiliar o Sumo Pontífice quando convocar o colegiado para examinar questões importantes da Igreja. Dom Odilo também poderá votar e ser votado nas eleições dos sucessores do Papa.

Romeu Tuma registrou a sua dupla satisfação com a notícia, primeiro, porque com a decisão do Papa o Brasil ganha mais um cardeal – o 18º em sua história – e, depois, por ter sido escolhido um líder da Igreja em sua cidade.

O senador lembrou que, com a nomeação de dom Odilo, sobe para quatro o número de participantes brasileiros no Sacro Colégio, do qual já fazem parte dom Cláudio Hummes, dom Geraldo Majella e dom Eusébio Scheid.

Tuma enalteceu, ainda, a nomeação de dom Emmanuel III Dely, do Iraque.

Ideli: "É insustentável que casos como esse continuem ocorrendo"

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu a participação dos senadores na audiência pública de hoje da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH) sobre o caso de uma adolescente de 15 anos que permaneceu durante um mês presa em uma cela na delegacia de Abaetetuba (PA) com 20 homens. Ela ressaltou que, por meio do debate, que começa às 9h, podem vir a ser adotadas providências que impeçam a repetição da situação.

Ideli lembrou que essa não foi a primeira vez em que uma mulher dividiu a mesma cela com homens e foi vítima de agressões sexuais. Ela registrou que a Organização dos Estados Americanos (OEA) já recebeu denúncias de situações semelhantes que teriam ocorrido em estados como Rio Grande do Norte, Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo.

– Para nós, mulheres, para a democracia, é insustentável que casos como esses continuem ocorrendo – afirmou.

Comissão

A senadora pediu a participação dos parlamentares na sessão solene conjunta do Congresso pelo Dia da Não-Violência Contra as Mulheres, que será realizada no Plenário da Câmara amanhã, às 10h. Ideli também manifestou seu apoio ao requerimento apresentado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) propondo a criação de uma comissão de senadores para acompanhar, no município de Abaetetuba, a apuração do caso. Porém, ela antecipou que solicitará que casos semelhantes registrados em outros estados sejam objeto do

Senado inaugura hoje as novas instalações do Comitê de Imprensa

O Comitê de Imprensa do Senado Federal será reinaugurado hoje, em evento marcado para as 14h30. O comitê passou por uma reforma, com a construção de um mezanino, onde funcionará parte da Agência Senado.

As novas dependências que serão ocupadas pelos jornalistas da Agência e pelos profissionais da imprensa que fazem a cobertura diária do Senado contarão com elevador e rampa de acesso para pessoas com deficiência, além de um banheiro adaptado.

Novas bancadas, cadeiras e computadores; áudio e ligação individualizada de cada má-



Ideli Salvatti cita estados em que agressões também já teriam ocorrido

trabalho da comissão.

Foram convidados para participar da audiência pública da CDH o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo de Tarso Vannuchi; a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; a secretária de Segurança Pública do Pará, Vera Lúcia Marques Tavares; o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Pará, Geraldo Mendonça Rocha; o presidente do Conselho Tutelar do Pará, Aderildo Araújo; a juíza da Vara de Infância e Juventude de Abaetetuba, Edilene de Jesus Soares; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Raimundo Cezar Britto; o titular da Delegacia de Polícia de Abaetetuba, Celso Irá Corvil Viana; e a delegada plantonista Flávia Verônica Monteiro Pereira.

Em aparte, o senador José Agripino (DEM-RN) disse que o país está revoltado com o que ocorreu em Abaetetuba. Para ele, ou os responsáveis pelo caso são punidos exemplarmente e com rapidez ou os brasileiros cada vez mais irão se decepcionar com as instituições.

quina; banheiros e copa reformados; sistema de refrigeração e iluminação revitalizados; cabines de rádio mais modernas e acesso à internet por meio de uma rede sem fio (*wireless*) também estão disponíveis. A pequena biblioteca que existia no local foi desativada para remanejamento futuro.

A reforma foi iniciada em junho deste ano e custou R\$ 404.176,29, incluindo aquisição de equipamentos, sendo que R\$ 47 mil foram gastos com o reforço da estrutura do local. O projeto é do escritório do arquiteto Oscar Niemeyer.

Violência nas escolas, regulamentação de cooperativas e apoio a portadores de doenças do sistema osteomuscular também são temas de audiências públicas hoje

CDH debate em audiência caso da jovem presa em cela com homens

Quatro comissões permanentes do Senado realizam audiências públicas hoje. Às 9h, os senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) discutirão o caso da jovem que ficou presa em cela com 20 homens, no estado do Pará. Entre as autoridades convidadas para a audiência estão os ministros Paulo Vannuchi e Nilcéa Freire, das secretarias especiais dos Direitos Humanos e de Políticas para as Mulheres. Também devem participar do debate a secretária de Segurança Pública daquele estado, Vera Lúcia Tavares, e o delegado de polícia do município de Abaetetuba (PA) Celso Irá Corvil Viana, onde estava detida a adolescente.

Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os senadores debaterão, a partir das

9h30, projetos que alteram a legislação regulamentadora das cooperativas. Participarão do debate o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas; o presidente da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), José Paulo Crisóstomo Ferreira; e o assessor da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil Luiz Carlos Bernardi.

Violência na escola

Já a Comissão de Educação (CE) discute, às 10h, as causas da violência nas escolas. Proposta pelo presidente do colegiado, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a audiência pública contará com a participação, entre outros convidados, da secretária executiva do Observatório Ibero-Americano de Violência nas

Escolas, Miriam Abramovay.

No mesmo horário, o diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello, e o secretário da Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, José Carvalho de Noronha, participam de audiência promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre as políticas públicas direcionadas aos portadores de doenças que comprometem o sistema osteomuscular.

Também estão convidados para esse debate os presidentes da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (Sbot), Marcos Esner Musafir; da Associação Médica Brasileira (AMB), José Luiz Gomes do Amaral; e da Associação Brasileira de Implantadores e Distribuidores de Implantes (Abraidi), Roberto Rodrigues.

Estímulo à pecuária leiteira em análise na CRA

Com o objetivo de estimular a pecuária leiteira, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deve votar amanhã, às 10h, parecer favorável do senador Expedito Júnior (PR-RO), com emendas, a projeto de autoria de Alvaro Dias (PSDB-PR) que reduz custos de insumos, máquinas e aparelhos utilizados na produção de leite. A iniciativa reduz a zero as alíquotas do PIS/Pasep e da Cofins incidentes na aquisição desses produtos. Se aprovada, a proposição seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde será votada em decisão terminativa.

O relator da proposta (PLS 4/07) esclareceu que a redução

a zero das alíquotas se daria em duas situações: na importação e comercialização no mercado interno de uréia bovina, rações, micronutrientes e sais minerais; e na comercialização, também no mercado interno, de teteiras, ceifeiras, enfardeiras e outras máquinas, como a de colher e dispor o feno, e de ordenha, além de aparelhos para trituração e moagem de grãos.

Na mesma reunião, a comissão deve votar parecer do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) favorável ao PLS 348/07, de autoria de Valdir Raupp (PMDB-RO), que inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços

Mínimos (PGPM), fixados pelo Decreto-Lei 79/66 e pela Lei 8.427/92.

Com o preço mínimo garantido, observa Raupp, a carne suína estaria protegida de eventuais crises externas, a exemplo da ocorrida em 2005 com o embargo imposto pela Rússia à suinocultura de Santa Catarina, o que, observou, causou grandes prejuízos ao estado e aos produtores.

A segunda parte da reunião do colegiado será destinada à discussão, com a presença de representantes do governo e de entidades ligadas à agricultura, da produção e importação de adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas.



Extensão da política de preços mínimos à carne suína também está na pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Senadora define como “instituto falido” a política prisional e defende realização de estudo para adequar as prisões brasileiras a “seres humanos e não bestas-feras”

Marisa Serrano pede mudanças na estrutura penitenciária do país

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) afirmou ontem que não adianta alterar ou criar leis como a Maria da Penha – de proteção às mulheres vítimas de violência – se não houver mudanças na estrutura penitenciária brasileira.

– O que adianta termos leis se não mudarmos a estrutura policial e a estrutura carcerária deste país? Podemos comemorar leis, mas, se elas não são aplicadas, de que adianta? – indagou.

A existência do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária foi lembrada pela parlamentar, que exigiu a realização de um estudo para que as prisões brasileiras sejam locais adequados para “seres humanos, e não bestas-feras”. Ela qualificou a política prisional do país de “instituto falido”.

Marisa Serrano ressaltou a in-



Marisa ressaltou indignação popular com o caso da adolescente presa com homens

dignação de todo o Brasil no caso da adolescente encarcerada com vários homens no Pará, em desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente. A parlamentar comparou a comoção nacional com a ocorrida quando o menino João Hélio foi arrastado e morto por ladrões durante o roubo do carro em que estava com sua

família, no Rio de Janeiro, em 2006.

A senadora lamentou também que o fato tenha ocorrido em um estado comandado por uma mulher, a governadora Ana Júlia Carepa, e que todos os agentes policiais e judiciais envolvidos no episódio sejam mulheres: a secretária de Segurança Pública, a juíza e a delegada que manteve a jovem presa. E refutou a afirmação da governadora de que a prática de deixar em uma mesma cela homens e mulheres “acontece há algum tempo”, negando que ocorra em Mato Grosso do Sul.

Em apertes, o senador Expedito Júnior (PR-RO) argumentou que não conhece, em seu estado, ocorrências de prisões de homens e mulheres em uma mesma cela e o senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que “isso nunca existiu na história do mundo”.



Projeto que será examinado pela CMA inclui provedores de acesso à internet

Vantagens a novos assinantes de TV poderão beneficiar antigos usuários

Entre os projetos que constam da pauta da reunião de hoje da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), está proposta da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) determinando que as condições oferecidas para adesão de novos consumidores de bens e serviços executados de forma contínua, como TV por assinatura, deverão ser estendidas aos contratos em vigor se for do interesse do usuário.

O projeto (PLS 45/06), que altera o Código de Defesa do Consumidor, recebeu parecer favorável do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE). O senador Edison

Lobão (PMDB-MA), no entanto, apresentou voto em separado na forma de substitutivo, pela rejeição da matéria. A proposta será analisada, após, pela CMA em decisão terminativa.

Em seu relatório, Inácio Arruda destaca afirmação da autora da proposta de que empresas que prestam serviços de TV a cabo e acesso à internet usualmente oferecem promoções vantajosas para atrair novos clientes. Por isso, na avaliação de Maria do Carmo Alves, os clientes mais antigos devem ter o direito de repactuar as cláusulas contratuais de modo a usufruir o mesmo tratamento concedido aos novos clientes.

Lei Maria da Penha pune agressões contra mulheres

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) tornou mais rigorosa a punição para agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico e familiar. A lei entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006 e o primeiro caso de prisão com base nas novas normas – a de um homem que tentou estrangular sua mulher – se deu no Rio de Janeiro. O nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia, cidadã que foi agredida pelo marido durante seis anos até se tornar paraplégica, depois de sofrer também atentado com arma de fogo, em 1983.

O marido de Maria da Penha ainda tentou matá-la por meio de afogamento e eletrocução e só foi punido depois de 19 anos de julgamento, ficando apenas dois anos em regime fechado. A Lei Maria da Penha altera o Código Penal e possibilita que agressores de mulheres no âmbito doméstico e familiar sejam presos em flagrante ou tenham prisão preventiva decretada. Com essa medida, os agressores não podem mais ser punidos com penas alternativas, como o pagamento de cestas básicas, por exemplo, procedimento que

era usual. A nova legislação também aumenta o tempo máximo de detenção de um para três anos, estabelecendo ainda medidas como a saída do agressor do domicílio e a proibição de sua proximidade com a mulher agredida e os filhos.

A violência de gênero contra a mulher é entendida como problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS), cujos estudos apontam índices entre 20% e 75% desse tipo de agressão em diferentes sociedades. O Brasil foi o 18º país da América Latina a adotar uma legislação para punir agressores de mulheres. A Lei Maria da Penha cumpre determinações estabelecidas por uma convenção específica da Organização dos Estados Americanos (OEA), intitulada “Convenção para punir, prevenir e erradicar a violência contra a mulher”, realizada em Belém (PA) e ratificada pelo Brasil.

Pesquisa promovida pela OMS em dez países sobre o impacto da violência contra a mulher, divulgada em 2005, revelou que somente na capital de São Paulo quase um terço das mulheres (27%) já foram

agredidas fisicamente por seus parceiros ou ex-parceiros. Na Zona da Mata, em Pernambuco, esse percentual sobe para 34%.

Outro levantamento, feito junto às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), apurou que em 2005 houve 55 mil registros de ocorrências somente nas capitais brasileiras. Esse número salta para 160.824 se forem consideradas as demais cidades. De acordo com a pesquisa, esses dados são ainda mais significativos quando se constata que correspondem a apenas 27% das Deams existentes e também pelo fato de um número expressivo de mulheres não recorrer à autoridade policial em razão de sentimentos como medo, vergonha e falta de crença na eficácia de sua denúncia.

Com a Lei Maria da Penha, a violência doméstica é agora tipificada como uma das formas de violação aos direitos humanos e os crimes a ela relacionados passaram a ser julgados em varas criminais, até que se criem os juzizados de violência doméstica e familiar contra a mulher em todo o país.



Parlamentares da CMO discutem hoje e amanhã substitutivo à proposta do governo

Comissão de Orçamento pode decidir esta semana sobre PPA

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reuniões hoje e amanhã, às 14h30, para discussão e votação do substitutivo do deputado Vignatti (PT-SC) ao Plano Plurianual (PPA) do período 2008-2011. O projeto recebeu 4.209 emendas.

Os parlamentares examinarão também requerimento do deputado Humberto Souto (PPS-MG) para o envio, à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), do projeto de decreto legislativo que dispõe sobre normas para o desenvolvimento da fiscalização de obras e serviços pelo Legislativo (PDN 01/07)

e do substitutivo apresentado à proposição. O parlamentar deseja a manifestação da CCJ quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa da matéria.

Consta ainda da pauta da comissão o exame de dois avisos pelos quais o Tribunal de Contas da União comunica ao Congresso Nacional a existência de indícios de irregularidades nas obras de construção de anel rodoviário no município de Ji-Paraná (BR-364), no estado de Rondônia, e nas obras de implantação do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas, no Ceará.